

APONTAMENTOS SOBRE ECONOMIA, DEMOCRACIA E CONSERVADORISMO

NOTES ON ECONOMY, DEMOCRACY AND CONSERVATISM

Carlos Alexandre Barros Trubiliano¹

Resumo: Intelectuais como D. Harvey (2008), P. Mirowski (2013), P. Dardot e C. Laval (2016) se debruçaram sobre os mais variados casos e tempos das crises do capitalismo. Em comum, é possível notar um padrão de comportamento autodefensivo capitalista quando suas contradições saem do controle e ameaçam a ordem vigente. Os agentes econômicos (mercado) intervêm no Estado para a manutenção do sistema, e não para sanar as graves questões sociais; foi assim na crise de 1929, com o New Deal, ou na crise do subprime, em 2008 – quando o Estado operou transferências de recursos públicos para nichos privados por meio de estímulos à produção e ao consumo. No campo moral, observa-se o recrudescimento do conservadorismo. O ensaio que segue busca refletir sobre a intersecção do conservadorismo, crise econômica e democracia.

Palavras-chave: Crise; Democracia; Conservadorismo.

Abstract: Intellectuals such as D. Harvey (2008), P. Mirowski (2013), P. Dardot and C. Laval (2016) focused on the most varied cases and times of capitalism crises. In common, it is possible to notice a pattern of capitalist self-defensive behavior when its contradictions get out of control and threaten the existing order. Economic agents (market) intervene in the State to maintain the system, and not to remedy serious social issues; This was the case in the 1929 crisis, with the New Deal, or in the subprime crisis, in 2008 – when the State operated transfers of public resources to private niches through incentives for production and consumption. In the moral field, there is a resurgence of conservatism. The essay that follows seeks to reflect on the intersection of conservatism, economic crisis and democracy.

Keywords: Crisis; Democracy; Conservatism

Recebido em: 13/06/2023
Aceito em: 01/12/2023

¹ Possui graduação em História pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (2004), mestrado em História pela Universidade Federal da Grande Dourados (2007) e doutorado em História pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2014). Atualmente é professor adjunto da Universidade Federal de Rondônia. Tem experiência na área de História, com ênfase em História Regional, História do Brasil e História Política.

1 INTRODUÇÃO

Na última década, o campo político do Ocidente foi marcado pela ascensão de governos conservadores. Políticos identificados com a direita radical, o reacionarismo e o autoritarismo têm pautado as políticas de Estado da maior parte da população global. Governantes como Modi (Índia), Erdoğan (Turquia), Daesh (Estado Islâmico), Orbán (Hungria), Salvini (Itália), Putin (Rússia), Andrzej Duda (Polônia), Duterte (Filipinas), Netanyahu (Israel), Shinzō Abe (Japão), Ivan Duque (Colômbia) e Jair Bolsonaro (Brasil) carregam em seus discursos a crítica à globalização, ao pluralismo e à democracia.

Guardadas as características próprias de cada país, é possível observar narrativas similares baseadas no antagonismo das nações governadas pelo conservadorismo. Nos países europeus e na Índia, o antagonismo são os muçulmanos (especialmente na condição de imigrantes). Nos países muçulmanos, a condição antagonista é assumida pelas minorias religiosas (cristãos, judeus e yazidis). Em alguns casos, como no Brasil, o antagonismo ganha forma discursiva contra os gays, o feminismo e o ódio pela esquerda. Em comum, as narrativas são autoritárias, nacionalistas e fundamentalistas. O lema nazista "Deutschland über alles" foi atualizado em versões locais, como "America First" e "Brasil acima de tudo".

Ernesto Laclau e Chantal Mouffe (2015) compreenderam a categoria antagonista como uma dualidade de negação da completude identitária, ou seja, "a presença do outro impede-me de ser totalmente eu mesmo. A relação não surge de identidades plenas, mas da impossibilidade da constituição das mesmas" (LACLAU; MOUFFE, 2015, p. 125). No discurso antagonista, a condição do "outro" passa a ser identificada como uma ameaça, cuja resposta é a intolerância étnica (racista) ou religiosa, sendo, portanto, a violência policial ou militar justificada como única resposta possível à presença do "outro". Partindo do prisma identitário, surge a questão: como, em um país de regime democrático representativo, foi possível eleger, pelo voto popular, líderes conservadores com forte e notório discurso autoritário?

No século XIX, o marxismo nos forneceu um modelo explicativo das distinções sociais no Ocidente (pobres *versus* ricos), cuja compreensão estava calcada na lógica das relações sociais vinculadas ao antagonismo capital *versus* trabalho. Entretanto, nos séculos XX-XXI, a teoria marxista clássica não nos permite uma análise mais refinada dos múltiplos antagonismos sociais possíveis. Para Laclau e Mouffe (2015), no Ocidente contemporâneo marcado pela globalização e pluralização, existe efetivamente uma complexa teia social que forma uma infinidade de redes de identidades e de identificações. As constituições dessas redes partem de relações discursivas antagônicas que, por vezes, se identificam com a compreensão marxista da luta de classes e, por outras, se diferenciam dela. Portanto, na contemporaneidade, os antagonismos de classe são parte, e não partida, do intrincado jogo discursivo de identidades e representações.

As construções identitárias, em suas diferentes dimensões, se processam historicamente no âmbito das projeções simbólicas articuladas pelas práticas do cotidiano. No texto que segue, buscaremos compreender a construção do discurso identitário conservador cujo recorte temporal parte da década de 1970 – momento de crise econômica em que, nas principais nações capitalistas, passou-se a questionar o modelo keynesiano (pós-Segunda Guerra) e a exaltar o (neo)liberalismo. Embora não possamos estabelecer uma relação automática entre sistema de ideias e economia, não é irrelevante o fato de que, nos principais governos neoliberais – no caso, Ronald Reagan (presidente dos Estados Unidos entre 1981 e 1989) e Margaret Thatcher (primeira-ministra do Reino Unido de 1979 a 1990) –, surgiram questionamentos aos alicerces da democracia moderna construída no pós-guerra. Se “(...) durante a crise dos anos 30 parecia que era o capitalismo a pôr em crise a democracia; agora, para aqueles novos liberais, parece ser a democracia a pôr em crise o capitalismo” (BOBBIO, 1986, p. 124).

Os governos neoliberais de Reagan e Thatcher deram início ao capitalismo global como resposta à grande recessão da década de 1970. As gestões neoliberais obtiveram êxito em indicadores macroeconômicos, como superávit primário, elevação do produto interno bruto (PIB) e controle da inflação, a despeito de um altíssimo custo social. Deste modo, ao longo das décadas de 1990-2000, o pensamento e os

governos neoliberais sofreram desgastes e críticas, especialmente em relação a indicadores sociais como emprego e concentração de renda; contudo, não houve, necessariamente, um resgate do keynesianismo.

Segundo o economista Michael Roberts (2016), a partir da crise do *subprime* (2008), a economia capitalista global permaneceu estagnada, incapaz de recuperar não apenas as taxas de crescimento registradas antes da recessão de 2008, mas também os indicadores da década de 1970.

Ao longo do período de estagnação (2010-20), as teses neoliberais de Reagan e Thatcher foram revisitadas como proposição de modernização econômica capaz de superar a crise. Politicamente, a estratégia discursiva vinculou o (neo)liberalismo a um “retorno ao passado” romantizado e utópico. O discurso mítico da nação grande e próspera – como o “America First” (EUA), “Take Back Control” (Brexit, Reino Unido) e “Brasil acima de tudo” – propõe ao cidadão um virtual caminho à retomada do crescimento econômico, cujo preço é a revisão dos valores democráticos.

2 FÉ E CONSERVADORISMO: O CASO RONALD REAGAN

Não caberia neste texto fazer um resgate minucioso das origens do fundamentalismo cristão que alicerça o neopentecostalismo brasileiro. Contudo, devemos pontuar que as origens desse pensamento se encontram nas primeiras décadas do século XX nos EUA. A crise do liberalismo, com o *crash* da bolsa de Nova York em 1929 e os traumas das duas guerras mundiais, formou terreno fértil para as bases dos “fundamentos da fé” como resposta à crise político-econômica. Na retórica fundamentalista, a crise no Ocidente era resultado da acelerada perda da identidade cristã; era necessária a intervenção evangelizadora para salvar as nações. Atuações como as do clérigo Abraham Vereide (a partir dos anos 1930), do reverendo Douglas Evans Coe (na década de 1950) e do reverendo Jerry Falwell (dos anos 1960 em diante) buscaram a fusão entre fé e Estado com vistas à implementação de uma agenda conservadora não apenas nos EUA, mas em todo o globo.

A guinada (neo)liberal das últimas décadas do século XX é um desdobramento da resignificação da noção de liberalismo gestada nos governos

Revista Auditorium, Rio de Janeiro, v. 27, n.59, p. 29-43, nov. 2023/fev. 2024

Margaret Thatcher e Ronald Reagan, que combinaram a fusão entre o fundamentalismo religioso (cristão) e o fundamentalismo de livre mercado. Tal compreensão de Estado e de democracia calcada na política de desregulação econômica e no reacionarismo moral gerou o hibridismo político intitulado “liberal-conservador”, em que indivíduos defendem, na mesma plataforma de reivindicações, pautas como o Estado mínimo, o criacionismo, o “direito de ir e vir”, a condenação ao aborto, a defesa do porte de armas e a exaltação da meritocracia.

No campo econômico, Margaret Thatcher e Ronald Reagan modificaram a política econômica, que passou de social-democrata desenvolvimentista para neoliberal. Desde o pós-guerra, Inglaterra e EUA, ancorados na macroeconomia keynesiana, buscaram intervir diretamente na economia, evitando ou diminuindo as sistêmicas crises financeiras, sua duração e severidade, uma vez que os efeitos de 1929 ainda refletiam no retrovisor. Contudo, na década de 1980, as contas públicas superavam as receitas; o cenário de inflação e desvalorização monetária foi motivador da adoção da nova política econômica monetarista, que teve êxito no equilíbrio das contas públicas e no controle da inflação, mas a um custo social elevado.

Nos EUA, os efeitos da crise financeira da década de 1970 (que começou com a crise do petróleo) fez com que a opinião pública, sobretudo a classe média, buscasse respostas para a perda do poder aquisitivo. O discurso conservador (entrincheirado nas alas conservadoras mais radicais do Partido Republicano) ligou a crise econômica dos anos 1970 à consequência da “degeneração social” resultante do New Deal, do avanço dos movimentos sociais e das transformações, como um todo, dos anos 1960. Muitos estadunidenses responderam ao chamado conservador e acreditaram na retórica de que era necessário “restaurar a sociedade” em busca de cumprir seu “destino manifesto”. Logo, valores como a autonomia, o progresso, a moral e o individualismo foram considerados algo nato ao espírito norte-americano, em contraposição ao multiculturalismo, ao humanismo e ao coletivismo, identificados como valores arcaicos.

Na retórica política norte-americana, o imaginário religioso é significativo até mesmo para aqueles que não se consideram “pessoas de fé”. O fundamentalismo

religioso e o comportamento eleitoral na cultura política estadunidense têm como marca

[...] an enduring need for the divine, whether it is the citizenry's need for the divine that provides political power for those who capitalize upon it or a religious citizenry's desire to absorb the political community at large into a wider theological destiny. (WEED; VON HEYKING, 2010, p. 3).

Nos EUA dos anos 1970-80, o discurso conservador buscou no protestantismo do século XIX dois "grandes despertares": o *livre-arbítrio* como redenção dos pecados e o *progresso material* como recompensa espiritual. Religiosos radicais como o reverendo Jerry Falwell passaram a ter grande visibilidade midiática.

O clérigo ganhou notoriedade pública na década de 1960, quando se contrapôs a pastores liberais como Martin Luther King e a outros evangelizadores que defendiam os direitos civis. A partir de 1976, Falwell empreendeu uma jornada por todos os estados americanos, realizando manifestações chamadas de "Eu Amo a América". Nestes encontros, discursava-se sobre a decadência moral, espiritual, cultural e política que estava em curso nos EUA (SILVA, 2016).

As conexões obtidas nas manifestações do "Eu Amo a América" permitiram a Jerry Falwell reunir milhares de pastores, padres e rabinos para fundar a organização "Moral Majority", que teve como plataforma discursiva a defesa da "família tradicional", da "propriedade privada", da "segurança nacional" e do "Estado de Israel" e o "combate" ao aborto e ao casamento de pessoas do mesmo sexo.

A "Moral Majority" e o reverendo Jerry Falwell se revelaram uma importante força mobilizadora. Durante a campanha presidencial de 1980, Ronald Reagan e o Partido Republicano compreenderam que conseguiriam a vitória eleitoral se conseguissem agregar os votos de religiosos e de outros conservadores. Para tanto, alinharam a retórica da campanha a uma agenda política e cultural articulada em torno de valores religiosos e morais. Com o discurso de restauração moral da América e o apoio decisivo da "Moral Majority", Reagan elegeu-se presidente (SILVA, 2016).

O pensamento e a política liberal ressignificados (Thatcher e Reagan) geraram uma noção de “individualismo exacerbado”, que impede a compreensão da formação das entidades coletivas. Para Mouffe (1996), esse pensamento é um campo estéril, em que os antagonísticos negam um denominador comum, o espaço simbólico de diálogo, e passam a não reconhecer a legitimidade das demandas feitas pela outra parte.

3 POLÍTICA ECONÔMICA E CONSERVADORISMO: O CASO MARGARET THATCHER

Entre as décadas de 1960-70, a economia da Grã-Bretanha estava em declínio: o PIB retraía e o avanço da inflação superava os dois dígitos – em 1975, o país alcançou o auge inflacionário, quando atingiu a máxima de 24,3. Nesse cenário de fraca atividade econômica, as eleições gerais ocorreram em 1979; os Conservadores conquistaram a maioria dos assentos das câmaras e Margaret Thatcher foi eleita primeira-ministra. Em seus três mandatos, o governo Thatcher, apoiado em diretrizes liberais, realizou uma série de reformas e privatizações que representaram a quebra de paradigmas do modelo keynesiano. O Reino Unido inaugurava a gestão do Estado sob o prisma do neoliberalismo (GAMBLE, 1994).

O mundo ocidental pós-guerra, até a década de 1970, ancorou sua política econômica nas diretrizes keynesianas, especialmente as descritas em *A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda* (1936). Tentando compreender a gravidade da Grande Depressão (1929), Keynes propôs uma teoria econômica baseada no entroncamento entre o total de gastos e seus efeitos na produção e na inflação. Para tanto, defendeu que o aumento dos gastos do Estado combinado com a redução dos impostos geraria estímulos na demanda produtiva, dirimindo os efeitos da depressão.

O cenário desafiador da Depressão de 1929 e a orientação keynesiana fizeram com que o presidente dos EUA, Franklin D. Roosevelt, interviesse diretamente na economia por meio de grandes projetos de iniciativa estatal – como a construção de hidrelétricas, rodovias, portos, barragens etc. Em decorrência das empreitadas, milhares de trabalhadores foram empregados; a oferta de empregos gerou demanda por bens e serviços que serviram para reabilitar o setor empresarial.

A orientação econômica keynesiana de aquecimento da demanda teve grande aceitação política dentre as potências do Ocidente. Para tanto, foi criado como marco regulatório o acordo de Bretton Woods (1944), por meio do qual os países signatários estabeleceram, entre outras medidas, a manutenção das taxas de câmbio e o dólar como moeda internacional lastreada em ouro. Apenas em circunstâncias excepcionais os Estados poderiam alterar o câmbio. As diretrizes de Bretton Woods permitiram relativa estabilidade monetária nas décadas seguintes ao pós-guerra (GAMBLE, 1994).

Ancorada nas políticas macroeconômicas keynesianas, a Grã-Bretanha obteve décadas de pleno emprego e passou a estruturar políticas de bem-estar social. O cenário foi de convergência política, ao passo que o Partido Conservador e o Partido Trabalhista britânicos fomentaram propostas para aumentar a participação do Estado na economia.

Durante o ministério de Clement Richard *Attlee* (1945-51), as empresas de serviços – como as de transportes públicos e de fornecimento de gás, água e eletricidade – e as indústrias de produção de carvão e aço foram nacionalizadas. O programa de nacionalização da gestão *Attlee foi responsável pela promoção de aproximadamente dois milhões de empregos diretos*. Em termos quantitativos, o setor público respondia por 25% do total dos postos de trabalho na Grã-Bretanha (MATTOS, 2011).

O ambiente social do pós-guerra promoveu uma pressão da opinião pública britânica a favor do aumento da oferta e da abrangência dos serviços públicos. O setor público relacionado a atividades como educação e saúde teve uma “injeção” de investimentos que consolidaram o Estado de bem-estar social (MATTOS, 2011).

Entretanto, a situação de prosperidade das potências ocidentais – sobretudo as europeias – promovida pelas políticas keynesianas sofreu abalos ao longo da década de 1970.

O primeiro choque ocorreu em 15 de agosto de 1971, quando o presidente Richard Nixon (EUA), de forma unilateral, determinou o fim da convertibilidade do dólar em ouro, tornando o dólar uma moeda fiduciária. Essa manobra colapsou o sistema monetário proposto pelo tratado de Bretton Woods e criou uma situação em

que os Estados nacionais adotaram o dólar americano como moeda de reserva e promoveram a flutuação de suas moedas.

O segundo choque ocorreu em março de 1974, como desdobramento da Guerra do Yom Kippur (guerra árabe-israelense de 1973), quando a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) elevou em 400% o preço do petróleo, subindo de três para 12 dólares o barril.

O terceiro choque ocorreu ao longo de 1979, com o desdobramento da crise política no Irã (deposição do xá Reza Pahlevi), um dos principais países produtores de petróleo: o preço do barril saltou de 13 para 34 dólares (GAMBLE, 1994).

Estes choques promoveram um panorama macroeconômico até então desconhecido pelas potências europeias, devido ao cenário inflacionário e de desvalorização das moedas.

Com os desafios da manutenção do pleno emprego alcançado no pós-guerra e com a flutuação das taxas de câmbio, os países adotaram como política econômica a desvalorização cambial. A depreciação das moedas visava tornar os custos da indústria nacional mais competitivos no mercado global, ao mesmo tempo que, em tese, aqueceria a demanda interna. O resultado dessa estratégia foi a elevação da inflação.

A década de 1970 foi marcada pela crise global. No caso britânico, o sociólogo Harold Garfinkel (1987) explica que “as taxas de inflação e desemprego foram as mais elevadas da Europa e o crescimento econômico, o mais baixo” (p. 39). Neste contexto, emerge a proposta reformista de Thatcher cujo objetivo era controlar a inflação através de uma política monetária essencialmente restritiva, bem como estabelecer metas decrescentes de expansão da base monetária e da elevação da taxa básica de juros.

As reformas liberais propostas por Thatcher marcaram a redução dos gastos públicos com a promoção da privatização das estatais. Através da política da taxa de juros, conseguiu controlar a inflação e promoveu um processo de apreciação da libra esterlina. Entretanto, o efeito social foi o aumento da desigualdade, com “o crescimento de uma *underclass*. A porcentagem de famílias britânicas (não-pensionistas) totalmente sem trabalho – ou seja, nenhum de seus membros faz parte da economia produtiva – cresceu de 6,5% em 1975 para 16,4% em 1985” (GRAY, 1998, p. 42). A privatização dos ativos públicos, em especial o Serviço

Nacional de Saúde, das escolas politécnicas e das universidades desarticulou o Estado de bem-estar social.

Diametralmente contrária às políticas pós-guerra, que no Reino Unido buscaram articular as políticas econômicas e sociais, a nova era neoliberal enfraqueceu os elos entre o Estado e o *welfare state*. O foco da gestão Thatcher estava na adoção de políticas econômicas para o controle inflacionário e na redução da participação do Estado na economia – e, conseqüentemente, dos gastos públicos. Destarte, o estabelecimento do novo paradigma econômico alterou substancialmente as relações com as políticas sociais: a esfera econômica passou a ser compreendida como antagônica à esfera social, as políticas de bem-estar social deixaram de ser entendidas como investimentos para serem consideradas custos e o controle dos gastos sociais tornou-se parte de um receituário para a obtenção do equilíbrio macroeconômico.

Diante de um cenário social marcado pela piora nas condições de vida da população, com aumento da desigualdade de renda e do desemprego, ocorreram na Inglaterra manifestações e greves. Em resposta, o governo emitiu uma série de medidas, os Employment Acts, visando restringir a atuação política dos sindicatos.

Em 1980, o Employment Act determinava, entre outras restrições, que os piquetes deveriam ocorrer somente no local de trabalho dos respectivos grevistas e que as “greves de solidariedade” deveriam ser restritas apenas à cadeia de produção e consumo ligada diretamente à fábrica em greve.

O Employment Act de 1982 tornava os sindicatos passíveis de processos judiciais e de multas, caso se demonstrasse a inobservância à legislação vigente. Diante da “contratualização do direito de greve”, para que uma greve fosse considerada legal, ela deveria estar relacionada apenas às questões trabalhistas, como carga horária, descanso ou salário. A nova legislação visou erradicar da greve seu sentido político mais profundo, sua capacidade de organização social e politização (EDELMAN, 2016).

Os Employment Acts podem ser entendidos como parte operante do conservadorismo, ao aparelharem o Estado de instrumentos e de orientação para eliminar e criminalizar qualquer tipo de manifestação que, de alguma forma,

conectasse trabalhadores de diferentes fábricas e áreas da produção, mitigando a solidariedade de classe (DUNFORD, 2002).

Um dos momentos mais emblemáticos da gestão Thatcher foi a greve dos mineiros em 1984-85. O movimento se opôs ao fechamento das minas de carvão consideradas de baixa produtividade e à dispensa de mais de 220 mil trabalhadores, com destaque para a região de Yorkshire (EVANS, 2004). Ao governo conservador coube utilizar todos os recursos ao seu alcance para desarticular o principal sindicato britânico do pós-guerra, o National Union of Mineworkers [União Nacional dos Mineiros] (NUM). Vale informar que o NUM somava 200 mil filiados espalhados por 130 minas de carvão por toda a Grã-Bretanha (DUNFORD, 2002).

Em 1983, Thatcher nomeia Ian MacGregor para presidir o National Coal Board [Conselho Nacional do Carvão] (NCB). Coube ao novo gestor implementar um programa de corte de custos, com dispensa de trabalhadores e fechamento das minas consideradas não lucrativas. Antecedendo o movimento grevista, o NCB gerou estoques preventivos de carvão; os trabalhadores das minas consideradas lucrativas, como a Nottinghamshire e as de Midlands, tiveram a garantia de manutenção de seus empregos caso não apoiassem o NUM; o aparato policial recebeu treinamento para repressão a práticas grevistas, e aos trabalhadores dispensados foi ofertado um programa de indenização conforme o tempo de serviço (EVANS, 2004).

Mesmo com o planejamento da NCB, o NUM conseguiu por 16 meses manter a greve; os grevistas fizeram piquetes e bloquearam as principais minas, dificultando o abastecimento de carvão. Entretanto, o cenário de alta taxa de desemprego e de forte repressão estatal (policial e judiciária) gerou medo na classe trabalhadora: o movimento, ao contrário de outras décadas, não obteve o apoio de operários de outros setores. A recusa se deu, sobretudo, devido às novas regras jurídicas que tornavam ilegal uma categoria entrar em greve para apoiar outra (Employment Acts). Paulatinamente, o movimento foi desarticulado – seus líderes foram processados e vários deles, encarcerados (DUNFORD, 2002).

O triunfo do governo Thatcher sobre os grevistas foi além do êxito de um programa de fechamento de minas com justificativa na lógica de otimização mercadológica: derrotar o então mais poderoso sindicato do país teve também um

forte conteúdo simbólico. É importante informar que o fim da greve ocorreu meses depois da vitória britânica na Guerra das Malvinas; diante desses triunfos, Thatcher consolidou uma construção imagética de força e liderança, fazendo valer a identificação da sua representação como a “Dama de Ferro”. Pedagogicamente, a derrota do NUM indicava aos outros sindicatos britânicos que era impraticável contestar o governo, e que o neoliberalismo e o enfraquecimento dos direitos trabalhistas vinham como uma forte onda difícil de parar. Essa conjuntura política não ficou restrita à Grã-Bretanha, mas influenciou todos os países centrais do sistema capitalista global.

Governos da direita ideológica, comprometidos com uma forma extrema de egoísmo comercial e laissez-faire, chegaram ao poder em vários países por volta de 1980. Entre esses, Reagan e a confiante e temível Sra. Thatcher na Grã-Bretanha (1979-90) eram os mais destacados. Para essa nova direita, o capitalismo assistencialista patrocinado pelo Estado nas décadas de 1950 e 1960, não mais escorado, desde 1973, pelo sucesso econômico, sempre havia parecido uma subvariedade de socialismo (...). A Guerra Fria reaganista era dirigida não contra o “Império do Mal” no exterior, mas contra a lembrança de F. D. Roosevelt em casa: contra o Estado do Bem-Estar Social, e contra qualquer outro Estado interventor. Seu inimigo era tanto o liberalismo (a “palavra iniciada com L”, usada com bom efeito em campanhas eleitorais presidenciais) quanto o comunismo. (HOBBSAWM, 1995, p. 245).

Ainda dialogando com o historiador Eric Hobsbawm, nos anos 1930-40, se o fascismo não tivesse alcançado a Alemanha, possivelmente não teria tido a mesma dimensão. Dessa forma, podemos pensar que, em que pese o poderio militar e financeiro britânico, o avanço dos governos conservadores não teria tido a abrangência mundial sem a ação política de Reagan (EUA).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Hoje, com certo recuo temporal, é possível afirmar que o conservadorismo político (ou neoliberalismo) não foi uma resposta técnica à crise econômica da década de 1970 – uma vez que os gastos estatais da era pós-keynesiana, não

diminuíram; em alguns casos, como o britânico, aumentaram –, assim como não ocorreu a entrega de toda a economia ao mercado. O receituário econômico neoliberal também não replicou os índices de crescimento do mesmo patamar da Era de Ouro (pós-guerra).

O conservadorismo político representou, portanto, uma nova visão de mundo baseada no “racionalismo, individualismo e pelo universalismo abstrato” (MOUFFE, 1996, p. 2). O novo olhar sobre o liberalismo, diferente do pensamento iluminista, pode ser compreendido como efeito colateral da hipermodernidade – considerada um valor em que a soberania do indivíduo se sobrepõe ao bem-estar coletivo. A apreensão do político se dá mediante uma interpelação individualista e racionalista, reduzindo as relações políticas a égia do econômico (neoliberalismo) ou ético (conservadorismo).

Antes a esse contexto podemos pensar o caso da democracia agônica brasileira, a revisão dos conceitos de liberdade e individualismo, bem como sua analogia com a monetarização das relações sociais, entretanto essas temáticas serão temas para ensaios futuros.

REFERÊNCIAS

BOBBIO, Norbert. **O futuro da democracia**: uma defesa das regras do jogo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

BUSNARDO, Felipe Dardani. **Crise do subprime**: como a bolha imobiliária e o mercado financeiro derrubaram a economia americana em 2008, e os reflexos da crise para o Brasil. 2012. 52 f. Monografia (bacharelado em Ciências Econômicas), Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2012.

CARVALHO, José Murilo de. **Pontos e bordados**: escritos de história e política. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

CUNHA, Christina Vital da. **Evangélicos em ação nas favelas cariocas**: um estudo sócioantropológico sobre redes de proteção, tráfico de drogas e religião no complexo de Acari. 2009. 340 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

CUNHA, Christina Vital da. Religião e criminalidade: traficantes e evangélicos entre os anos 1980 e 2000 nas favelas cariocas. **Relig. soc.**, Rio de Janeiro, v. 34, n. 1, p. 61-93, jun. 2014.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

DE BRITO, Cássius M. T. M. Bernardes. Os governos Lula como realização da estratégia democrático-popular. *In*: IASI, Mauro *et al.* **A estratégia democrático-popular**: um inventário crítico. Marília: Lutas Anticapital, 2019.

DUNFORD, Michael. A globalização e as teorias da regulação. *In*: VALENÇA, Márcio M.; GOMES, Rita de C. C. **Globalização e desigualdade**. Natal: A. S. Editores, 2002.

EDELMAN, Bernard. **A legalização da classe operária**. Coord. trad.: Marcus Orione. São Paulo: Boitempo, 2016.

EVANS, Eric J. **Thatcher and thatcherism**. London: Routledge, Taylor e Francis Group, 2004.

FERNANDES, Florestan. **Apontamentos sobre a "teoria do autoritarismo"**. São Paulo: Hucitec, 1979.

FIEGENBAUM, Ricardo Zimmermann. São os grupos evangélicos nidiáticos herdeiros da reforma? *In*: RIBEIRO, Claudio de Oliveira; ROCHA, Alessandro Rodrigues (Orgs.). **Ecumenismo e reforma**. São Paulo: Paulinas, 2017.

GAMBLE, A. **The free economy and the strong state**: the politics of thatcherism. 2. ed. Houndmilles: MacMillan, 1994.

GARFINKEL, B. **Margaret Thatcher**. São Paulo: Abril Cultural, 1987.

GRAY, John. **Falso amanhecer** - os equívocos do capitalismo global. São Paulo: Record, 1998.

HARVEY, David. **O neoliberalismo**: história e implicações. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

HOBSBAWM, Eric. **Era dos extremos**: o breve século XX (1914-1991). São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. **Hegemonia e estratégia socialista**: por uma política democrática radical. São Paulo: Intermeios, 2015.

MARX, Karl. **O Capital**. Livro I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

MATTOS, F. A. M. **Emprego público nos países desenvolvidos**: evolução histórica e diferenças nos perfis. Texto para Discussão 1578. Brasília: IPEA, fev. 2011.

MIGUEL, Luis Felipe. O pensamento e a imaginação no banco dos réus: ameaças à liberdade de expressão em contexto de golpe e guerras culturais. **Pol. Cult. Rev.**, Salvador, v. 11, n. 1, p. 37-59, jan./jun. 2018.

MIROWSKI, Philip. **Never let a serious crises go to waste**: how neoliberalism survived the financial meltdown. Londres: Verso, 2013

MOUFFE, Chantal. **O regresso do político**. Trad.: Ana Cecília Simões. Lisboa: Gadiva, 1996.

PEIXOTO, Pedro Henrique. **Identidade Frota**: a estrela e a escuridão 5.0. São Paulo: BB Editora, 2013.

RAMOS, André Paiva. **O Brasil diante da crise do *subprime***: uma abordagem pós-keynesiana do conjunto de medidas anticíclicas adotado pelo governo federal brasileiro e o desempenho da economia de 2007 a 2010. 2015. 139 f. Dissertação (Mestrado em Economia), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015.

REVISTA ÉPOCA. **Sâmia Bonfim x Alexandre Frota**. 15 out. 2018. Disponível em: <https://epoca.globo.com/samia-bomfim-alexandre-frota-23149633>. Acesso em: 21/04/2021.

ROBERTS, Michael. **The Long Depression**. Chicago: Haymarket, 2016.

SILVA, Ivan Dias da. **Jerry Falwell e a maioria moral**: um estudo sobre a relação entre religião e política no espaço público americano entre 1979 e 1989. 2016. 248 f. Tese (Doutorado em Ciência da Religião), Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2016.

SIMMEL, Georg. **Questões fundamentais da sociologia**: indivíduo e sociedade. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

WEED, Ronald; VON HEYKING, John (Eds.). **Civil religion in political thought**: its perennial questions and enduring relevance in North America. Washington D.C.: The Catholic University of America Press, 2010.

ZALUAR, Alba. **Integração perversa**: pobreza e tráfico de drogas. Rio de Janeiro: FGV, 2004.